



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE REDONDO

EDITAL

JOÃO PEDRO VELHINHO MENDES, PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE REDONDO, faz saber que em sessão ordinária da Assembleia Municipal de Redondo, realizada no dia 29 de dezembro de 2025, aprovou por maioria e em minuta, a Moção: Urgente alargamento do horário da consulta aberta no Centro de Saúde de Redondo e reforço dos recursos humanos (Proposto pela CDU), que de seguida se transcreve. -----

ENQUADRAMENTO

A Assembleia Municipal de Redondo, por iniciativa dos eleitos da CDU, no exercício das suas competências e fiel à defesa dos direitos da população, vem manifestar a sua profunda preocupação e discordância face à atual situação do Centro de Saúde de Redondo, em particular no que respeita ao horário extremamente limitado da consulta aberta e à crónica insuficiência de recursos humanos, resultado de opções políticas erradas e de desinvestimento continuado no Serviço Nacional de Saúde (SNS).

Não é aceitável que a população do concelho de Redondo tenha acesso à consulta aberta apenas durante uma pequena parte do dia. Esta situação constitui uma clara limitação do direito constitucional à saúde, penalizando sobretudo os trabalhadores, os reformados, os idosos, os doentes crónicos e as famílias com menores, empurrando muitos utentes para soluções privadas ou para a sobrelocação dos serviços hospitalares.

A realidade vivida no concelho de Redondo não é um caso isolado, mas antes consequência direta de políticas que fragilizam o Serviço Nacional de Saúde, promovem a desvalorização dos profissionais de saúde e não garantem a fixação de médicos, enfermeiros e restantes trabalhadores no interior do país.

Esta situação assume especial gravidade num concelho marcado pela dispersão geográfica da população e pelo envelhecimento demográfico, onde os cuidados de saúde primários são um pilar essencial de um SNS público, universal e de qualidade.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE REDONDO

Importa ainda sublinhar que estão em curso investimentos relevantes em infraestruturas de saúde no concelho, designadamente a obra da Extensão de Saúde de Santa Susana e a fase de conclusão da Extensão de Saúde de Montoito. No entanto, a falta de profissionais de saúde — médicos, enfermeiros e pessoal técnico-administrativo — impede o pleno funcionamento destes equipamentos, verificando-se que diversos serviços médicos e de enfermagem não estão disponíveis nas extensões de saúde, obrigando a população a deslocações frequentes à sede do concelho.

A CDU sempre afirmou que a construção ou requalificação de infraestruturas de saúde só faz sentido quando acompanhada do indispensável investimento nos recursos humanos, valorizando carreiras, garantindo condições de trabalho dignas e assegurando serviços públicos de proximidade.

PROPOSTA DE DELIBERAÇÃO

Nestes termos, a Assembleia Municipal de Redondo delibera:

- Exigir à Unidade Local de Saúde do Alentejo Central (ULSAC), o urgente alargamento do horário da consulta aberta no Centro de Saúde de Redondo, garantindo um acesso efetivo e digno aos cuidados de saúde primários;
- Exigir o reforço imediato dos recursos humanos, nomeadamente médicos, enfermeiros e assistentes técnicos e administrativos, assegurando o funcionamento regular e completo do Centro de Saúde de Redondo e das extensões de saúde do concelho;
- Reivindicar a disponibilização de um conjunto alargado de serviços médicos e de enfermagem nas extensões de saúde, combatendo a centralização e promovendo a proximidade dos cuidados de saúde às populações;
- Remeter a presente moção à Câmara Municipal de Redondo, reconhecendo as suas competências no que respeita ao edifício e aos assistentes operacionais, para que esta, em articulação com as entidades competentes, exija melhores condições de funcionamento, manutenção e recursos humanos, valorizando igualmente o papel dos trabalhadores afetos ao setor;



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE REDONDO

- Dar conhecimento da presente moção ao Governo, ao Ministério da Saúde, à ULSAC, aos Grupos Parlamentares da Assembleia da República, às organizações representativas dos profissionais de saúde e às entidades locais relevantes.

A Assembleia Municipal de Redondo reafirma que o direito à saúde, consagrado na Constituição da República Portuguesa, só se concretiza com um Serviço Nacional de Saúde público, universal, gratuito e de qualidade, exigindo respostas urgentes que coloquem as necessidades da população acima de interesses económicos ou de opções de desinvestimento.

Redondo, dois de janeiro de 2026

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

João Pedro Velhinho Mendes